

ÍNDICE DE QUALIDADE DE AUDITORIA: TEMPO DE RELACIONAMENTO AUDITOR-CLIENTE, QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E CARACTERÍSTICAS DA FIRMA DE AUDITORIA

Autoria

Naiara Leite dos Santos Sant Ana - naisantana13@gmail.com

Sem programa de pós/UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin - CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Antônio Artur de Souza - artur@face.ufmg.br

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin - CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Paulo Celso Pires Sant Ana - santanapcelso@gmail.com

Cepecon/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Este trabalho foi realizado com o objetivo de criar um Índice de Qualidade de Auditoria - IQUA 2019. A construção aconteceu por meio da variável resposta de Braunbeck (2010) e por proxies para qualidade da auditoria, quais sejam: tamanho da firma de auditoria; auditoria, representada pela variação na qualidade do serviço prestado entre as firmas de auditoria; tempo de relacionamento auditor-cliente; especialização; comitê de auditoria; risco, honorários e conservadorismo, mensurado pelo modelo de Basu (1997). Foi utilizada a regressão múltipla com dados em painel, estimada por meio do método dos momentos generalizado, justificado pela possibilidade de endogeneidade entre as variáveis. As variáveis selecionadas foram significativas, o que representa que quanto maior o tamanho da firma, o tempo de relacionamento, a especialização, a alavancagem financeira, os honorários e a precaução com que notícias positivas são contabilizadas, em detrimento das ruins, maior a qualidade de auditoria. O fato da companhia possuir comitê tratou-se de um indício para o incremento da qualidade da auditoria.



ÍNDICE DE QUALIDADE DE AUDITORIA: TEMPO DE RELACIONAMENTO AUDITOR-CLIENTE, QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E CARACTERÍSTICAS DA FIRMA DE AUDITORIA

RESUMO

Este trabalho foi realizado com o objetivo de criar um Índice de Qualidade de Auditoria - IQUA 2019. A construção aconteceu por meio da variável resposta de Braunbeck (2010) e por *proxies* para qualidade da auditoria, quais sejam: tamanho da firma de auditoria; auditoria, representada pela variação na qualidade do serviço prestado entre as firmas de auditoria; tempo de relacionamento auditor-cliente; especialização; comitê de auditoria; risco, honorários e conservadorismo, mensurado pelo modelo de Basu (1997). Foi utilizada a regressão múltipla com dados em painel, estimada por meio do método dos momentos generalizado, justificado pela possibilidade de endogeneidade entre as variáveis. As variáveis selecionadas foram significativas, o que representa que quanto maior o tamanho da firma, o tempo de relacionamento, a especialização, a alavancagem financeira, os honorários e a precaução com que notícias positivas são contabilizadas, em detrimento das ruins, maior a qualidade de auditoria. O fato da companhia possuir comitê tratou-se de um indício para o incremento da qualidade da auditoria.

Palavras-chave: Índice; Qualidade da auditoria; Conservadorismo; Qualidade da informação contábil

1 INTRODUÇÃO

Os problemas de agência, associados à separação de propriedade e controle das companhias, juntamente com a assimetria de informações entre administradores e proprietários, criam a demanda por auditoria externa (Lin & Hwang, 2010). Tratam-se de funções da auditoria o monitoramento e o controle das atividades de uma empresa, causando, assim, uma redução dos problemas de agência (Jensen & Meckling, 1976). Os objetivos da auditoria são acrescentar valor e proporcionar confiança e credibilidade às informações contábeis, por meio da emissão de um relatório que represente de forma legítima a situação financeira e patrimonial da empresa-cliente (Hendriksen & Van Breda, 1999; Moreira *et al.*, 2015). Decorrente disso, percebe-se a importância do auditor em prestar um trabalho de qualidade (Moreira *et al.*, 2015).

A intensidade da contribuição da firma de auditoria é mensurada por meio da qualidade da auditoria. Tal qualidade é proporcional a maior competência e independência do auditor, (DeAngelo, 1981; Leftwich, Watts & Zimmerman, 1981; Ito, Niyama & Mendes, 2008; Defond & Zhang, 2014) essa traduzida pela iniciativa do profissional em relatar ao mercado as inconformidades percebidas (DeAngelo, 1981; Francis, 2004; Carlin & Laila, 2009). Características específicas das companhias, assim como seu sistema informacional, se relacionam com a qualidade da auditoria (DeFond & Zhang, 2014). De forma geral, as empresas têm receio de receberem um relatório com opinião modificada. Esse fato pode ser analisado pelos usuários da informação contábil como um indício de uma futura insolvência (Hopwood, Mckeown & Mutchler, 1989).

A característica competência pode ser avaliada por dois prismas dentro da profissão do auditor, quais sejam, capacidade reputacional da profissão para trazer indivíduos competentes que desejam atuar como auditores, e processos contínuos de educação, certificações, aprovação em exame na área e experiência profissional (Radebaugh & Gray, 2002). A independência do auditor pode ser observada por meio da opinião contida em um relatório de auditoria e pela prestação de serviço de auditoria de forma objetiva e isenta, com relação aos interesses da empresa cliente. A emissão de opinião errônea poderá acarretar problemas para a reputação do auditor (Hopwood, Mckeown & Mutchler, 1989; CFC, 2005; Knechel & Vanstraelen, 2007).

Sendo assim, o objetivo deste trabalho, foi o de estimar um Índice de qualidade da auditoria - IQUA 2019. A importância da qualidade da auditoria independente pode ser percebida pela repercussão social causada pela extinção de grandes empresas, decorrente de

escândalos corporativos (Moreira *et al.*, 2015; Salehi, Moradi & Paydarmanesh, 2017), pela sofisticação das operações no mercado de capitais e pela necessidade em munir os *stakeholders*, cada vez mais exigentes, de informações relevantes (Ito, Niyama & Mendes, 2008). Os usuários da informação contábil necessitam de um ambiente com redução da assimetria de informações e do conflito entre agentes, e melhora da qualidade da informação contábil, para que possam tomar decisões mais assertivas e com risco reduzido. Pelo fato da auditoria certificar as informações contábeis emitidas pelas empresas, ela aumenta a qualidade dessas informações e promove a redução da assimetria informacional (Healy & Palepu, 2001).

A verificação das demonstrações contábeis pelo auditor externo acrescenta credibilidade às informações contábeis da empresa cliente. Dessa forma, um serviço de auditoria prestado com qualidade pode auxiliar os usuários na tomada de decisão (Salehi, Moradi & Paydarmanesh, 2017) Portanto, espera-se que uma auditoria de qualidade restrinja a gestão de ganhos oportunistas (Arcúrio Júnior, 2018), bem como reduza o risco de que os relatórios financeiros venham a conter informações, distorções e/ou omissões relevantes (Lin & Hwang, 2010). A verificação acerca da qualidade da auditoria independente, mostra-se relevante à redução dos conflitos entre agentes, assimetria informacional e desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil. Trata-se, portanto, de um trabalho com relevância para os gestores, investidores, auditores e demais usuários da informação contábil. Pretende-se contribuir com o preenchimento da lacuna acerca da temática qualidade da auditoria independente no Brasil e proporcionar um instrumento de pesquisa que poderá ser utilizado em outros trabalhos.

2 DESENHO DA PESQUISA

A amostra foi constituída por 26 empresas pertencentes ao Ibovespa, entre os anos 2010 e 2017. Foram excluídas as empresas do setor financeiro. Em 2008 foi iniciado um período de transição à adoção de normas internacionais de contabilidade que culminou na adoção obrigatória dessas em 01/01/10. Os países que compõem a união europeia iniciaram a adoção de algumas normas internacionais de contabilidade, baseadas no *International Accounting Standards Board* – IASB, em 2005. No Brasil, aconteceu um processo de transição a partir de 2008 com a adoção parcial das IFRS, terminando em 2010 com a adoção plena das *International Financial Reporting Standards* - IFRS (SANTOS, PONTE E MAPURUNGA, 2014). No Quadro 1, apresentam-se as informações sobre a coleta de dados:

Quadro 1 – Informações sobre coleta de dados

Variável da equação básica de teste	Fonte
IQUA - Braunbeck (2010)	Por meio de pesquisa no sítio da Comissão de Valores Mobiliários - CVM - < www.cvm.gov.br >, de 20/01/18 a 20/03/18, na seção “DFP”, procedeu-se à consulta e à leitura dos relatórios de auditoria necessários para responder às questões do índice. Na sequência (abril/2018), a consulta relacionada à republicação e/ou a processos administrativos foi realizada. Por último, investigou-se se alguma companhia havia entrado em situação de insolvência, por meio de pesquisas no Google com as palavras-chave: insolvência, recuperação judicial e falência, seguidas do nome da companhia em questão (abril/2018).
Tamanho, auditoria, tempo, comitê de auditoria, honorários	Por meio de pesquisa no sítio da CVM - < www.cvm.gov.br >, de 01/05/18 a 01/08/18, na seção Demonstrações Financeiras Padronizadas - “DFP”, procedeu-se à consulta e à leitura dos relatórios de auditoria e de administração, formulário cadastral, informe do código de governança e formulário de referência.
Risco	Plataforma de consulta e coleta de dados Quantum®.
Conservadorismo	Por meio de pesquisa no sítio da CVM - < www.cvm.gov.br >, em setembro/2018, na seção “DFP”.

Fonte: Elaboração da autora (2019)

O Índice de Qualidade da Auditoria - IQUA 2019 foi estimado por meio do método de momentos generalizado, conforme seção 2.3. Nos quadros 2 e 3 encontram-se os constructos das variáveis resposta e explicativas.

$$\text{IQUA 2010} = \beta_0 + \beta_1 \text{Tamanho} + \beta_2 \text{Auditoria} + \beta_3 \text{Tempo} + \beta_4 \text{Especializacao} + \beta_5 \text{Comitê} + \beta_6 \text{Risco} + \beta_7 \text{Honorários} + \beta_8 \text{Conservadorismo} + \epsilon$$

Quadro 2 – Constructo da variável resposta

Variável	Descrição/Mensuração
IQUA – Braunbeck (2010)	As perguntas que compõem o IQUA recebem valor 1, quando problemas na auditoria são identificados e 0, caso contrário. Ou seja, quanto maior o resultado final, menor a qualidade da auditoria.
Utilizaram a variável	Teixeira, Camargo e Vicente (2016); Almeida (2017).
Questão 1	As demonstrações contábeis tiveram sua republicação exigida pela CVM?
Fundamento 1	A determinação, pela CVM, de republicação de informação contábil é tomada como evidência que sugere qualidade inferior da informação originalmente divulgada pela companhia. Consequentemente, razoável é considerar essa evidência como útil na avaliação da qualidade da auditoria independente realizada sobre as demonstrações contábeis publicadas.
Questão 2	O auditor das demonstrações contábeis foi objeto de processo administrativo sancionador?
Fundamento 2	A CVM, no papel de acompanhamento e monitoramento da qualidade das informações contábeis, inclusive o parecer dos auditores independentes, tem a prerrogativa de sancionar os participantes do mercado quando descumprirem as normas e as leis cabíveis. Para tal, instaura processos administrativos sancionadores (PAS), para analisar situações em que se tenha detectado uma eventual desconformidade com normas e leis, por parte dos participantes do mercado aberto (inclusive auditores independentes).
Questão 3	O parecer de auditoria do último ano do período em que um mesmo auditor foi responsável por emitir opinião conteve algum tipo de modificação relevante (ressalva, negativa, abstenção, ênfase ou limitação de escopo), em comparação com opinião emitida por esse mesmo auditor no ano sob análise (i.e., o auditor emitiu um parecer mais “rigoroso” no seu último ano, antes de ser substituído)?
Fundamento 3	É razoável supor que, no último ano de relacionamento entre auditor e seu cliente (especialmente no sistema brasileiro de rodízio, em que o auditor sabe <i>ex ante</i> o prazo máximo de um contrato de auditoria), seja observado o maior nível de independência, posto não existir horizonte futuro de captura de quase rendas na iminência do fim do contrato.
Questão 4	O parecer do primeiro ou do segundo ano de emissão consecutiva de opinião pela empresa de auditoria sucessora teve uma abordagem menos “rigorosa” que o último parecer emitido pelo auditor sucedido?
Fundamento 4	Visa capturar justamente os impactos na independência das quase rendas específicas, em particular nos primeiros anos de relacionamento do auditor sucessor com seu cliente.
Questão 5	Caso a resposta da 3 tenha sido “não” – o primeiro parecer de auditoria emitido pelo auditor sucessor conteve algum tipo de modificação relevante (ressalva, negativa, abstenção, ênfase ou limitação de escopo), em comparação com a opinião emitida pelo auditor sucedido (i.e., o auditor substituído emitiu parecer mais “rigoroso” no primeiro ano após a substituição)?
Fundamento 5	Se, apesar dos incentivos no contrato de auditoria que se encerra, o auditor sucedido não atuar com independência, omitindo uma falha no sistema contábil de seu cliente, é possível esperar que o auditor sucessor seja mais independente que o sucedido e, eventualmente, revelará, em seu primeiro parecer, falhas omitidas pelo auditor antecessor.
Questão 6	O parecer foi emitido mais de 60 dias após a data-base das demonstrações contábeis?
Fundamento 6	O tempo evidenciaria a “negociação” do auditor e seu cliente acerca de ajustes às demonstrações contábeis. Utiliza-se como pressuposto o fato de que as companhias abertas, de forma geral, mantêm incentivos para a pronta divulgação de seus resultados.
Questão 7	Caso a empresa tenha apresentado situação de insolvência, caracterizada por concordata, recuperação judicial ou falência, o auditor não emitiu parecer com ressalva no tocante à continuidade e/ou à situação financeira no exercício anterior à divulgação da situação de insolvência?
Questão 8	Caso a empresa tenha apresentado situação de insolvência, caracterizada por concordata, recuperação judicial ou falência, o auditor não emitiu parecer com parágrafo de ênfase no tocante à continuidade e/ou à situação financeira no exercício anterior à divulgação da situação de insolvência?
Fundamento 7 e 8	Cabe ao auditor alertar o leitor das demonstrações contábeis sobre fatos ou incertezas que coloquem dúvida sobre a continuidade da entidade.

Fonte: Adaptado de Braunbeck (2010, p. 64-69)

Quadro 3 – Constructo das variáveis independentes

Variável	Descrição/mensuração	Sinal
Tamanho	Variável binária. Assume valor 1 quando a firma de auditoria é <i>Big Four</i> e 0, caso contrário.	
Utilizaram a variável	DeAngelo (1981); Dye (1993); DeFond & Subramanyam (1998); Fargher <i>et al.</i> , 2001; Ireland (2003); Levents & Caramanis (2005); Almeida e Almeida (2009); Braunbeck (2010); Harris (2012); Lennox, Francis e Wang (2012); Paulo, Cavalcante e Paulo (2013); Cunha <i>et al.</i> (2015); Luccas (2015); Mazzioni & Klann (2016); Almeida (2017); Brooks <i>et al.</i> (2017); Erita <i>et al</i> (2017); Reid & Carcello, (2017); Arcúrio Júnior & Gonçalves (2018);	
Hipótese	H₁ : Quanto maior a firma de auditoria, maior a qualidade da auditoria.	-
Fundamento	Quanto maior a firma de auditoria, maior a quantidade de recursos financeiros e operacionais disponíveis, consequentemente menor dependência financeira de seus clientes, reduzindo a chance de aceitação de pressão por parte da empresa cliente, logo, maior a qualidade da auditoria (DeAngelo, 1981; Fargher <i>et al.</i> , 2001; O’Keefe <i>et al.</i> , 1994; Almeida & Almeida, 2009; Braunbeck, 2010; Paulo, Cavalcante e Paulo, 2013; Luccas, 2015; Teixeira, Camargo e Vicente, 2016; Almeida, 2017; Arcúrio Júnior, 2018.)	
Auditoria	Variável classificada atribuindo valores crescentes de 1 a 7 para as firmas de auditoria, sendo que os valores de 1 a 4 representam as <i>Big Four</i> e os valores de 5 a 7, as demais firmas de auditoria.	
Utilizaram a variável	Sant’Ana, 2019	
Hipótese	H₁ : Quanto maior a firma de auditoria, maior a qualidade da auditoria.	+
Fundamento	Variável que intenciona confirmar a variável tamanho (Sant’Ana, 2019).	
Tempo	Variável discreta, mensurada em anos. De 1 a 5 anos, quanto maior o tempo de auditoria, melhor a qualidade.	
Utilizaram a variável	Jenkins & Velury (2008), Braunbeck (2010); Li (2010); Chi <i>et al.</i> (2012); Paulo <i>et al.</i> (2013); Dantas & Medeiros (2015); Almeida (2017); Arcúrio Júnior & Gonçalves (2018);	
Hipótese	H₂ : Quanto maior o tempo em anos (1 a 5 anos), maior a qualidade da auditoria.	-
Fundamento	Por meio do efeito aprendizagem, entende-se que quanto maior o tempo de trabalho, melhor a qualidade do serviço prestado (Levinthal e Fichman, 1988; Myers <i>et al.</i> , 2003; Ghosh e Moon, 2005; Jenkins e Velury, 2008; Braunbeck, 2010; Azevedo e Costa, 2012).	
Especialização	Calculada por meio da comparação entre os ativos totais dos clientes de determinado setor auditados por uma firma de auditoria em relação aos ativos da indústria como um todo.	
Utilizaram a variável	Balsam, Krishnan e Yang (2003); Behn, Choi e Kang (2008); Braunbeck (2010); Sun & Liu (2011); Paulo <i>et al.</i> , 2013; Dantas & Medeiros, 2015; Almeida (2017); Arcúrio Júnior & Gonçalves (2018).	
Hipótese	H₃ : Se a firma de auditoria é especialista no setor no qual o serviço está sendo prestado, maior a qualidade da auditoria.	-
Fundamento	Quanto maior conhecimento sobre um setor da economia a firma de auditoria tiver, mais ela estará íntima da situação da empresa cliente e, por conseguinte, prestará um serviço de auditoria com mais qualidade (O’Keefe <i>et al.</i> , 1994; Sun & Liu, 2011; Hu, 2015). Profissionais da auditoria especialistas são considerados, pelo mercado, como mais competentes (Lu & Sapra, 2009; Braunbeck, 2010).	
Comitê de Auditoria	Variável dicotômica. Recebe valor 1 se a companhia possui comitê de auditoria e 0, se não possui.	
Utilizaram a variável	Smith (2006); Koch, Weber e Wüstemann (2012); Paulo, Cavalcante e Paulo, 2013; Dantas & Medeiros (2015); Arcúrio Júnior & Gonçalves (2018);	
Hipótese	H₄ : Se a companhia possui comitê de auditoria, maior a qualidade da auditoria	-

Fundamento	De acordo com Peleias, Segreti e Costa (2009), o comitê de auditoria trata-se de uma comissão relevante na redução do conflito de agência (gestão-investidores), atuando na proteção dos interesses dos investidores, na verificação dos controles interno, no relacionamento contínuo com os auditores externos e na divulgação de informações contábeis. Colabora com a independência do auditor (Dantas & Medeiros, 2015).	
Risco	Mensurado por meio da alavancagem financeira: passivo circulante mais passivo não circulante, dividido pelo ativo total.	
Utilizaram a variável	Mazzioni & Klann (2016); Almeida (2017); Erita <i>et al</i> (2017);	
Hipótese	H₅ : Quanto maior a alavancagem financeira, maior a qualidade da auditoria	-
Fundamento	Quanto mais endividada a empresa cliente estiver, maior a preocupação do auditor em prestar um serviço de qualidade, de forma independente, para não ser envolvido em um possível escândalo futuro (Arruñada, 1997).	
Honorários	Valor total dos honorários recebidos.	
Utilizaram a variável	Hope & Langli (2010); Camargo (2012); Camargo <i>et al.</i> (2012); Cunha <i>et al.</i> (2015); Arcúrio Júnior & Gonçalves (2018);	
Hipótese	H₆ : Quanto maior o valor dos Honorários recebidos, maior a qualidade da auditoria	-
Fundamento	A convergência às normas contábeis internacionais cria uma maior possibilidade de discricionariedade na preparação das informações contábeis, o que acarreta um maior esforço por parte dos auditores. (Arcúrio Júnior & Gonçalves, 2018).	
Conservadorismo	Modelo proposto por Basu (1997).	
Utilizaram a variável	Francis (2011); Paulo <i>et al.</i> (2013); Knechel <i>et al.</i> (2013); Dantas & Medeiros (2015); Hu (2015); Salehi, Moradi e Paydarmanesh (2017); Arcúrio Júnior & Gonçalves (2018).	
Hipótese	H₇ : Quanto mais conservadora a empresa cliente for na contabilização de fatos que afetam o lucro, maior a qualidade da auditoria.	-
Fundamento	Um registro mais conservador de fatos positivos do que de negativos (Basu, 1997) reduz o risco da auditoria e do auditor, o risco de serem envolvidos em escândalos e o comportamento oportunista dos gestores (Defond, Lim & Zang, 2015), corroborando a qualidade da informação contábil.	

Fonte: Elaboração da autora (2019)

Para cálculo do conservadorismo utilizou-se o modelo de Basu (1997), conforme proposto a seguir.

$$X_{it}/P_{it-1} = \alpha_0 + \alpha_1 D + \beta_0 \Delta X_{it-1}/P_{it-2} + \beta_1 D \Delta X_{it-1}/P_{it-2} + \varepsilon$$

Em que:

X_{it} é o lucro da empresa i em relação ao momento t ;

ΔX_{it} é a variação do lucro da empresa i em relação ao momento $t-1$;

P_{it-1} é o preço da ação para a empresa i em relação ao momento $t-1$;

P_{it-2} é o preço da ação para a empresa i em relação ao momento $t-2$;

D é a variável *Dummy* que assume valor 1 para retornos negativos e 0 para retornos positivos;

ε , é o termo de erro.

O preço da ação é resultante de uma ponderação entre a quantidade de ações e o valor da ação, considerando as ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN), caso a empresa tenha as duas modalidades. A variável *dummy* foi construída após apuração dos retornos de cada empresa a cada ano, os quais são dados pelo quociente dos preços em um ano em relação ao ano imediatamente anterior. Caso esta divisão tenha apontado retornos negativos, atribuiu-se 1 para a variável *dummy* e, em caso contrário, 0 foi assumido como valor. Dos 234 registros, 108 assumiram valor 1, representando 46,15% dos dados. Os coeficientes negativos foram utilizados para estimação do IQUA 2019.

Trata-se de uma regressão com dados em painel. Neste trabalho, utilizou-se o método dos momentos generalizado, pois as variáveis podem ser endógenas. Gul *et al.* (2009), ao

estudarem o gerenciamento de resultados e o tempo de relacionamento entre a firma de auditoria e a empresa cliente, concluíram que essas variáveis podem ser endógenas. Segundo Greene (2003), a econometria permite mensurar empiricamente as relações entre variáveis postuladas pela teoria econômica. Dessa forma, são unificadas a matemática, a estatística e a teoria fundamentadora do processo gerador de dados que, geralmente, é desconhecido. Nesse sentido, a identificação do modelo econométrico apropriado depende diretamente do comportamento dos dados que estão sendo trabalhados e, uma vez identificado, é possível realizar previsões e análises de seu comportamento.

A estimação dos parâmetros de um modelo econométrico pode ser realizada sob diferentes abordagens. O método de mínimos quadrados ordinários - MQO tem como base a minimização da diferença entre os dados observados e os estimados pelo modelo, ou seja, objetiva reduzir o erro de estimação. Este método é um dos mais populares, de fácil implementação e que faz uso explícito da estrutura dos dados sob a suposição de que seus pressupostos são atendidos (Greene, 2003). Por outro lado, o método de máxima verossimilhança - MV consiste em maximizar a verossimilhança dos dados, ou seja, maximizar a probabilidade dos dados observados. Trata-se de um método que requer especificação detalhada e totalmente paramétrica no processo de geração de dados, sendo, portanto, vulnerável a problemas devido a sua especificação incorreta (Greene, 2003).

Existem outros métodos que, como os já citados, dependem de uma série de pressupostos para a correta estimação dos parâmetros do modelo. Como forma de evitar problemas de especificação, o método de momentos generalizados (GMM, do inglês *Generalized Method of Moments*) pode ser utilizado para estimar os parâmetros de interesse. Este modelo é uma extensão do método de momentos, o qual consiste na substituição dos momentos da população desconhecida pelos momentos correspondentes da amostra (Heij *et al.*, 2004). Dessa forma, não é preciso que o modelo atenda a uma série de pressupostos, mas apenas às condições de especificação dos momentos. Caso se deseje estimar um vetor $p \times 1$ de parâmetros θ , a estimação exata dos parâmetros depende da seguinte condição de momento: $E[f(x_t; \theta)] = 0$, em que $f(x_t; \theta)$ é a função de distribuição de probabilidades da amostra. Segundo Heij *et al.* (2004), o estimador GMM é obtido por meio da substituição de E pela média simples amostral, de forma que: $\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n f(x_t; \hat{\theta}) = 0$

Neste trabalho, foi adotada a função de distribuição Qui-Quadrado, que pode ser interpretada tanto como um caso específico da distribuição gama quanto como uma distribuição normal padrão ao quadrado. A forma de sua distribuição é dada pela seguinte equação, com ν graus de liberdade: $f(x; \theta) = \frac{1}{2^{\nu/2} \Gamma(\nu/2)} x^{(\nu/2)-1} \exp\left(-\frac{\theta}{2}\right); \theta > 0; x > 0$

De acordo com Heij *et al.* (2004), para estimação do GMM é preciso, primeiramente, especificar um número suficiente de condições de momento. No caso da função de distribuição Qui-Quadrado, utilizou-se o primeiro momento para estimação dos parâmetros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas Tabela 1 encontra-se as estatísticas descritivas das variáveis do artigo, apresentadas por ano, de 2010 a 2017 e para todo o período. Ao considerar cada um dos respectivos anos, bem como a amostra total, pode-se notar que o IQUA 2010 médio foi de 0,8413, a partir de 2013, a variável IQUA 2010 passou a apresentar um comportamento crescente, significando redução da qualidade da auditoria. Essa situação, pode ser explicada pelo crescente esforço no sentido da adequação e harmonização à Contabilidade Internacional, que teve seu início em 2007, por meio da promulgação da Lei nº 11.638/2007. Segundo Macedo, Machado e Machado (2013, p.70), “(...)de 2007 a 2012 foram emitidos 41 pronunciamentos técnicos (...)” que afetaram a Contabilidade e, conseqüentemente, o trabalho do auditor. Entende-se que, tanto as companhias quanto as firmas de auditoria necessitam de um período para compreensão, adequação e amadurecimento em direção às evoluções da profissão.

No que concerne à variável tempo, o valor médio foi de 2,9712, representando o número de anos que uma firma de auditoria permanece na mesma empresa. O desvio padrão médio do período foi de, aproximadamente 0,71 anos. Por fim, auditoria é uma variável que representa todas as firmas presentes na amostra, recodificadas de 1 a 7, sendo os valores de 1 a 4 para as *Big Four* e de 5 a 7 para as demais firmas de auditoria.

Tabela 1- Estatística descritiva para a média das variáveis utilizadas, por ano e total

Ano	IQUA2010	Conservadorismo	Risco	Honorários	Comitê	Especialização	Tempo	Tamanho	Auditoria
2010	0,6923	-0,0252	0,0210	0,0002	0,5200	0,5435	3,3462	0,9615	2,3846
2011	1,2308	-0,0252	0,0157	0,0001	0,5385	0,5075	4,0000	1	2,1923
2012	1,1923	-0,0252	0,0299	0,0001	0,5769	0,5049	2,3077	1	1,9615
2013	0,6154	-0,0252	0,0147	0,0001	0,5769	0,5351	2,5000	0,9615	2,0769
2014	0,7308	-0,0252	0,0245	0,0001	0,5769	0,5205	3,1154	0,9615	2,2308
2015	0,7308	-0,0252	-0,0044	0,0001	0,5769	0,5392	3,0769	0,9230	2,7692
2016	0,7308	-0,0252	0,0391	0,0001	0,6538	0,5468	3,5000	0,9230	2,8077
2017	0,8077	-0,0252	0,0116	0,0001	0,6538	0,5027	1,9231	0,8846	3,1154
Total	0,8413	-0,0252	0,0190	0,0001	0,5842	0,5250	2,9712	0,9519	2,4423

Fonte: Elaboração da autora (2019)

Outra provável explicação, é a crise econômica no Brasil ocorrida durante os anos 2014 a 2017. De acordo com Barbosa Filho (2017), a economia brasileira entrou formalmente em recessão a partir da segunda metade de 2014, resultando em uma queda do produto *per capita* brasileiro de 9%, entre os anos 2014 a 2016. A crise originou-se de uma sequência de choques de oferta e demanda, os quais foram responsáveis pela redução da capacidade de crescimento da economia, motivados por erros de políticas públicas que, por sua vez, geraram um alto custo fiscal. Para a variável conservadorismo a média foi de -0,252 com desvio padrão nulo, visto sua não variabilidade. O risco, por sua vez, apresentou desvio padrão de 0,0914, com valor máximo da amostra em 2016 (0,8748).

A variável honorários não apresentou variabilidade ao longo dos anos. Em relação à média, o valor se altera apenas em 2010 na quarta casa decimal. A presença do comitê de auditoria e tamanho da firma de auditoria são variáveis binárias em que comitê de auditoria recebeu 1, caso presente e 0, caso ausente; tamanho representa o tamanho da firma de auditoria, sendo 1, se a firma for classificada como *Big Four* e 0, caso contrário. A média para comitê revelou o valor 0,5842, mostrando que, ao se considerar todo o período, 58,42% das empresas possuem comitê de auditoria. Em relação à especialização, em 2010 e em 2016 o comportamento médio foi semelhante, com valor se diferenciando, apenas, na terceira casa decimal. A média total para o período nesta variável foi 0,5250.

O lucro líquido dividido pelo preço da ação representa uma variável relevante que compõe o modelo de Basu (1997). De posse de todas as variáveis necessárias e por meio do *software R*, a regressão de Basu (1997) foi apurada e os resultados foram apresentados na Tabela 2. A variável *D-dummy* não foi significativa na amostra, contudo, o modelo obteve coeficiente de determinação ajustado igual a 98,33%, sendo esse um resultado satisfatório. As demais variáveis ($\Delta X_{it-1}/P_{it-2}$ e $D \times \Delta X_{it-1}/P_{it-2}$) foram significantes a 1%, considerando o p-valor obtido próximo a zero. A interpretação dos coeficientes permite observar que β_0 e β_1 foram positivos. Conforme apontado por Cunha, Dantas e Medeiros (2016) e Arcúrio Júnior (2018), para que seja verificada a presença de conservadorismo condicional nos resultados contábeis, é necessária a identificação de valores estatisticamente nulos ou positivos para β_0 , o que ocorre neste trabalho.

Tabela 2 - Resultados da regressão – modelo Basu (1997)

Variável	Coefficiente	P-valor
<i>D</i>	-0,00223	0,9031
$\Delta X_{it}-1/Pit-2$	0,80445	<2e-16
$D \times \Delta X_{it}-1/Pit-2$	0,71929	<2e-17
R ²	0,9853	
R ² ajustado	0,9833	

Fonte: elaboração da autora (2018)

Além de valores negativos para o coeficiente β_1 , a soma dos coeficientes β_0 e β_1 devem resultar em um valor menor que zero, situação não comprovada neste estudo. Alternativamente, foi utilizada, como *proxy* para o conservadorismo, conforme Ball e Shivakumar (2005) e Arcúrio Júnior (2018), a hipótese de que as perdas econômicas são reconhecidas de forma mais rápida do que os ganhos, por meio dos valores de $\beta_1 < 0$. Por meio da regressão, é possível calcular um coeficiente de conservadorismo por empresa presente na amostra, conforme resultado apresentado na Tabela 3.

Tabela 3- Coeficientes por empresa do modelo de Basu (1997)

Empresa	Coef. Est.								
ABEV3	- 0,00175	CMIG4	0,01042	CYRE3	- 0,00526	JBSS3	- 0,02432	PETR3	- 0,02509
BRAP4	- 0,04813	CPFE3	- 0,00269	EMBR3	0,01137	LAME4	- 0,00692	RAIL3	0,16007
BRFS3	0,01316	CPLE6	-0,02070	FIBR3	- 0,00327	LREN3	0,00264	SBSP3	0,00600
BRKM5	0,02687	CSAN3	- 0,00952	GGBR4	- 0,00328	MRVE3	- 0,00233	UGPA4	0,00718
CCRO3	-0,00119	CSNA3	- 0,10958	GOAU4	0,01292	NATU3	- 0,01094	USIM5	0,03499
								VALE3	- 0,12893

Fonte: Elaboração da autora (2018)

Mesmo que o GMM não exija a ausência de correlação entre os regressores e a heterogeneidade não observada, o método supõe que a forma dessa correlação não se altera ao longo do período (ROODMAN, 2009), conforme foi observado neste trabalho, uma vez que foi verificada a aleatoriedade dos dados. Foi testada a normalidade dos resíduos, com o objetivo de que os dados plotados se aproximassem da reta da normalidade, tendo sido concluído que o modelo atende às condições necessárias para a sua adequação e estimação. O resultado da regressão estimada é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 - Resultados da regressão para IQUA 2019

Variável	Coefficiente	P-valor
(Intercepto)	1,1525	0,0000***
Tamanho	- 0,1223	0,0742 *
Auditoria	0,1293	0,0249 **
Tempo	- 0,0189	0,0327 **
Especialização	- 0,4147	0,0941 *
Comitê	- 0,2124	0,0205 **
Risco	- 1,3905	0,0040***
Honorários	-1.591,00	0,0419 **
Conservadorismo	- 1,1716	0,0709 *

Sig. *** 1%, ** 5%, * 10%

Fonte: Elaboração da autora (2018)

Todas as variáveis foram significativas, considerando o p-valor obtido. Destaca-se o sinal negativo para todos os coeficientes, com exceção da variável auditoria. A *Proxy* tamanho (H_1 e sinal esperado confirmados) foi significativa, a 10%. A qualidade da auditoria é influenciada pelo tamanho da firma de auditoria, essa relação pode ser explicada pelas evidências: i) número elevado de funcionários e, sendo assim, os auditores não são sobrecarregados de tarefas; ii) têm mais especialistas a seu dispor, podendo ser alocados

estrategicamente entre os projetos; iii) têm uma reputação a manter e iv) são mais independentes (DeAngelo, 1981; Ferferguson, Francis & Donald, 2003; Choi *et al.* 2007; Francis & Yu, 2009; Adeyemi & Fagbemi, 2010; Choi, Kim, Kim & Zang, 2010; Beisland, Mersland & Strøm, 2013; Reyad, 2013; Martinez, Lessa & Moraes, 2014; Khan, Muttakin, & Siddiqui, 2015; Prazeres & Pais, 2017). No sentido contrário do resultado desta pesquisa e a dos autores citados, Tendeloo & Vanstraelen (2005); Piot & Janin (2007) e Makni, Kolsi & Affes (2012) não observaram relação entre as variáveis tamanho da firma de auditoria e qualidade da auditoria.

A variável explicativa auditoria (H_1 e sinal esperado confirmados) foi significativa, a 5%. Esta variável foi reclassificada, atribuindo-se valores crescentes de 1 a 7 para as firmas de auditoria, sendo que os valores de 1 a 4 representam as *Big Four* e os valores de 5 a 7, as firmas classificadas como não *Big Four*. Valores mais elevados nesta variável dizem respeito às firmas não *Big Four* e, pelo beta positivo na regressão, o fato da firma receber tal classificação representa aumento do IQUA 2019 e, por consequência, queda na qualidade da auditoria. A estimativa tempo (H_2 e sinal esperado confirmados) apresentou resultado significativo, a 5%, representando que quanto maior o tempo de auditoria (relação auditor-cliente), maior a qualidade da auditoria. Deve-se atentar para o fato de que o tempo considerado foi de um a cinco anos, já que, no Brasil, atualmente, está em vigência o rodízio das firmas de auditoria.

Por meio da especialização (H_3 e sinal esperado confirmados) da firma de auditoria, obteve-se uma relação significativa, a 10%. A qualidade da auditoria sofre influência da especialização (Francis, Reichelt & Wang, 2005; Reyad, 2013). A especialização em determinado setor, por uma firma de auditoria, é mais relevante para a empresa cliente do que o tamanho da contratada (Francis, Reichelt & Wang, 2005). Percebeu-se que, a presença do comitê de auditoria (H_4 e sinal esperado confirmados), significativa, a 5%, incrementa a qualidade da auditoria. Entretanto, a Enron representou um escândalo grandioso relacionado com fraude praticada pela alta gestão e não relatada pelos auditores independentes, que forem coniventes. Na oportunidade, havia um comitê de auditoria vigente, constituído por seis integrantes qualificados e por quatro *experts*. Tal comitê não relatou qualquer irregularidade (Felo, Krishnamurthy & Solieri, 2003).

Para DeFond (1992); Adeyemi e Fagbemi (2010) e Reyad (2013), o risco influencia a qualidade da auditoria e os resultados deste trabalho corroboram os achados dos trabalhos citados anteriormente. A variável apresentou significância, a 1%. (H_5 e sinal esperado confirmados). Por outro lado, nos trabalhos de Abbott, Parker e Gary (2006) e Gajevszky (2014), não foi percebida relação entre as variáveis qualidade da auditoria e risco.

O valor dos honorários tem relação com a qualidade da auditoria (Francis & Simon, 1987; Chaney, Jeter & Shivakuma, 2004; Lin & Hwang, 2010; Prazeres & Pais, 2017), traduzida por um serviço de auditoria mais completo e minucioso (Abbott, Parker & Gary, 2006; Bortolon, Neto & Santos, 2013). As maiores firmas de auditoria que atuam nos Estados Unidos da América cobram um valor maior em honorários, o que reflete positivamente na qualidade da auditoria prestada (Ferguson, Francis & Donald, 2003). Os resultados deste trabalho corroboram com os achados das pesquisas anteriormente citadas. A *proxy* foi significativa, a 5% (H_6 e sinal esperado confirmados). Contudo, uma alta quantia de honorários pode reduzir a independência do auditor (Dobre, 2015; Rusmin *et al.*, 2009) por meio de pressões por parte da gestão da empresa cliente (Simunic, 1980; Basioudis, Papakonstantinou & Geiger, 2008).

Ressalta-se que, a variável conservadorismo (H_7 , e sinal esperado confirmados) foi significativa, a 10%. Assim, quanto maior a qualidade da informação contábil, traduzida por meio das *proxies* conservadorismo e alavancagem financeira, maior a qualidade da auditoria. Segundo Paulo, Cavalcante & Paulo (2013), o conservadorismo é o constructo mais utilizado em pesquisas que investigam a qualidade da informação contábil. Para os autores, um serviço

de auditoria prestado com maior qualidade tem relação direta e positiva com a qualidade da informação contábil.

A regressão GMM apresentou uma estatística J de, aproximadamente, 0 e segue uma distribuição qui-quadrado, tendo como hipótese nula que os instrumentos utilizados são válidos. Portanto, ao nível de significância de 1%, não se pode rejeitar a hipótese de que os instrumentos são válidos. É possível, ainda, estimar os coeficientes de qualidade da auditoria por empresa, sendo que valores mais baixos indicam melhor qualidade da auditoria, conforme dados da Tabela 8.

Tabela 5 – Coeficientes por empresa para qualidade da auditoria IQUA 2019

Variável	Coefficiente
ABEV3	0,6444
BRAP4	1,6187
BRFS3	0,9767
BRKM5	0,7998
CCRO3	0,7488
CMIG4	1,6057
CPFE3	1,5360
CPLE6	1,3380
CSAN3	0,7032
CSNA3	1,5737
CYRE3	1,6177
EMBR3	1,3079
FIBR3	0,2077
GGBR4	0,6341
GOAU4	0,6488
JBSS3	1,8053
LAME4	1,1145
LREN3	0,3740
MRVE3	1,6678
NATU3	0,5121
PETR3	1,1675
RAIL3	0,6924
SBSP3	1,4105
UGPA4	0,6736
USIM5	1,1923
VALE3	0,6107

Fonte: Elaboração da autora (2018)

Avaliando os coeficientes por companhia, estabelece-se um *ranking* no qual os menores valores e, portanto, melhores coeficientes de qualidade da auditoria apurados são das empresas Fibria (FIBR3), Lojas Renner (LREN3) e Natura (NATU3), respectivamente em 0,21; 0,37 e 0,51. As empresas com pior qualidade da auditoria no período foram Bradespar (BRAP4), MRV (MRVE3) e JBS (JBSS3), com coeficientes em 1,62; 1,67 e 1,80.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo neste trabalho foi o de estimar um índice de qualidade da auditoria – IQUA 2019 das companhias do Ibovespa, para os anos 2010 a 2017. Para isso, foram selecionadas *proxies*, advindas da literatura da área, com o foco na firma de auditoria e na empresa cliente,

visto que a qualidade da auditoria pode sofrer influência tanto de características da firma de auditoria, quanto da empresa-cliente.

Após estimado o IQUA 2019, constatou-se que todas as variáveis que o compuseram mostraram-se significativas. Dessa forma, foi observado empiricamente que as *proxies* tamanho da firma de auditoria, tempo de relacionamento auditor-cliente, especialização da firma de auditoria, alavancagem financeira da empresa cliente, honorários do auditor e, a precaução com que notícias positivas são contabilizadas, em detrimento das ruins pelas companhias, são influenciadores da qualidade de auditoria.

A variável conservadorismo tem ligação com a qualidade da informação contábil e, portanto, percebeu-se que a qualidade da informação contábil influencia a qualidade da auditoria. Sobre a intensidade da influência das variáveis explicativas na qualidade da auditoria, observou-se a alavancagem financeira como a mais relevante e a especialização da firma de auditoria como a menos importante.

Com relação as companhias que compuseram a amostra, destacam-se as empresas Fibria, Lojas Renner e Natura como sendo as que apresentaram maior qualidade da auditoria. Dessa forma, pode-se concluir que são companhias com qualidade da informação contábil superior e, portanto, com menos assimetria informacional e menos conflitos entre agentes. Na direção oposta, nos deparamos com as empresas Bradespar, MRV e JBS. Deve-se acrescentar que, em 14/01/19 foi concluída a fusão entre as companhias Fibria Celulose e Suzano Papel e Celulose.

A profissão contábil tem passado por diversas transformações ao longo dos anos, como a convergência às normas internacionais de contabilidade, a primazia da essência sobre a forma na contabilidade, o uso cada vez mais intenso da tecnologia, por meio de sistemas informatizados e gestão de grandes bancos de dados, entre outras. Essas mudanças, podem refletir no trabalho do auditor externo, na variação no risco do seu trabalho, na reputação, na competência do profissional e na estipulação de valor de honorários, em razão de maiores exigências e desafios inseridos na rotina do auditor independente.

Para a melhor compreensão deste cenário, faz-se necessário um estudo mais detalhado das companhias, tais como compreensão e verificação da adoção de boas práticas de governança corporativa, verificação da transparência da empresa por meio da avaliação, por exemplo, do código de conduta, relatório de sustentabilidade, relatório de *compliance*, relacionamento com investidores, etc. Deve-se salientar, a necessidade acerca da compreensão de aspectos cognitivos que influenciam a qualidade do serviço prestado pelo auditor independente. Trata-se de um exemplo clássico a decisão a ser tomada diante da descoberta de uma falha. O profissional tem dois caminhos: i) reportá-la, assumindo o risco de ser substituído e, conseqüentemente, ter que lidar com os prejuízos financeiros, trabalhistas e sociais ou ii) não divulgá-la e assumir o risco de futuramente passar por um problema legal, institucional (CVM) e/ou de reputação. Tratam-se, portanto, das limitações da pesquisa.

Sugere-se o estudo da relação entre melhores práticas de governança corporativa; da influência da crise econômica brasileira de 2014-2017; a análise da qualidade da informação contábil por meio de outros vieses, como por exemplo, gerenciamento de resultados; e seus reflexos na qualidade da auditoria. Outra sugestão, seria observar o tratamento dado ao assunto “corrupção” na seção do novo relatório de auditoria “principais assuntos de auditoria”. Por último, percebe-se a necessidade de compreender o comportamento do auditor diante dos diversos conflitos aos quais ele é submetido no dia a dia.

5 REFERÊNCIAS

Abbott, L. J., Parker, S., & Gary, F. P. (2006). Earnings Management, Litigation Risk, and Asymmetric Audit Fee. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 25(1), 85–98.

- Adeyemi, S. B., & Fagbemi, T. O. (2010). Audit Quality, Corporate Governance and Firm Characteristics in Nigeria. *International Journal of Business and Management*, 5(5).
- Almeida, J. E. F., & Almeida, J. C. G. (2009). Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20 (50), 62-74.
- Almeida, P. R. D. (2017). *Prospecção acerca de um prazo ótimo para rodízio de firmas de auditoria no Brasil*. 138 f, Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Arcúrio Júnior, T. (2018). *Assimetria de informação e qualidade da auditoria: análise das empresas listadas na B3, no período pré e pós-convergência às normas internacionais*. 128 f, Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília - Brasília/DF.
- Arcúrio Júnior, T.; Gonçalves, R. S. (2018). CUE101-Assimetria de Informação e Qualidade da Auditoria: análise das empresas listadas na b3, no período pré e pós-convergência às normas internacionais. *Anais da XII edição do congresso da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Contábeis - Anpcont*.
- Arruñada, B. (1997). *La calidad de La auditoría: incentivos privados y regulación*. Madrid: Marcial Pons.
- Azevedo, F. B., & Costa, F. M. (2012). Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. *RAM Revista de Administração do Mackenzie*, 13(5), 65-100.
- Ball, R., Shivakumar, L. (2005). Earnings quality UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, 39 (1), 83-128.
- Balsam, S., Krishnan, J., & Yang, J.S. (2003) Auditor Industry Specialization and Earnings Quality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 22 (2), 71-97.
- Basioudis, I. G., Papakonstantinou, E., & Geiger, M. A. (2008). Audit fees, Non-audit Fees and Auditor Going-Concern Reporting Decisions in the United Kingdom. *Abacus: A Journal of Accounting, Finance and Business Studies*, 44(3), 284–309.
- Basu, S. (1997) The Conservatism Principle and the Asymmetric Timeliness of Earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 24 (1), 3-37.
- Behn, B. K., Choi, J., & Kang, T. (2008) Audit Quality and Properties of Analyst Earnings Forecasts. *The Accounting Review*, 83 (2), 327-349.
- Beisland, L. A., Mersland, R., & Strøm, R. Ø. (2013). Audit Quality and Corporate Governance: Evidence from the Microfinance Industry. *Working paper no. 13/035, Solvay Brussels School Economics & Management, Belgium*.
- Bortolon, P. M., Neto, A. S., & Santos, T. B. (2013). Audit Costs and Corporate Governance. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 24(61), 27–36.
- BRASIL. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei 6404/76, e da Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976, e estabelece às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras.
- Braunbeck, G. O. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil*. 133 f, Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Brooks, L. L. Z., Cheng, C. S. A., Johnston, J. A., & Reichelt, K. J. (2017). Estimates of optimal audit firm tenure across different legal regimes. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 32(1), 3-39.
- Camargo, R. V. W. (2012). *Determinantes dos pareceres dos auditores independentes emitidos às companhias negociadas na BM&FBOVESPA*. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Camargo, R. V. W., Pepinelli, R. C. C., Dutra, M. H., & Alberton, L. (2012). Determinantes dos pareceres dos auditores independentes emitidos às companhias negociadas na BMF & Bovespa. In: *Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12., 2012, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA-USP*

- Carlin TM, Finch N, & Laili NH (2009). Questioning the Big 4 Audit Quality Assumption: New Evidence From Malaysia. ICAFI University. *Journal of Audit Practice* 6(2), 35–56.
- Chaney, P. K., Jeter, D. C., & Shivakumar, L. (2004). Self-Selection of Auditors and Audit Pricing in Private Firms. *The Accounting Review*, 79(1), 51–72.
- Chi, W., Douthett, E. B., Jr., & Lisic, L. L. (2012). Client importance and audit partner independence. *Journal of Accounting and Public Policy*, 31(3), p.320-336.
- Choi, J.H., Kim, J. B., Qiu, A., & Zang, Y. (2007). Auditor Locality, Audit Quality and Audit Pricing. *Auditing: A Journal of Practise & Theory*, 29(1), 73–97.
- Choi, J. H., Kim, J. B., Kim, & Zang, Y. (2010). Audit office size, audit quality and audit pricing. *Auditing: A Journal of Practice and Theory* 29 (1), 73-97.
- Cunha, E. S., Dantas, J. A., & Medeiros, O. R. (2016). Dois Modelos Contemporâneos de Divulgação Financeira na Indústria Bancária Brasileira: qual é mais conservador? *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 9 (3), 301-317.
- Cunha, P. R., Lunelli, L. O.; Santos, V. Faveri, D. B.; & Júnior, M. M. R. (2015). Relação entre as características do Comitê de Auditoria e o atraso da emissão do relatório da auditoria independente (audit delay). *Contabilidade Gestão e Governança*, 18 (3).
- Dantas, J. A., & Medeiros, O. R. (2015). Determinantes de Qualidade da Auditoria Independente em Bancos. *Revista Contabilidade & Finanças*, USP, São Paulo, 26 (67), 43-56.
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183–199.
- DeFond, M. L. (1992). The Association Between Changes in Client Firm Agency Costs and Auditor Switching. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 11(1), 16–31.
- Defond, M. L., & Subramanyam, K. R. (1998) Auditor changes and discretionary accruals. *Journal of accounting and Economics*, 25(1), p. 35-67.
- DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A Review of Archival Auditing Research. *Journal of Accounting and Economics*, 58 (2-3), 275–326.
- DeFond, M. L.; Lim, C. Y., & Zang, Y. (2015) Client Conservatism and Auditor-Client Contracting. Marshall Research Paper Series. *Working Paper ACC 01.16. USC Marshall School of Business*. Forthcoming in *The Accounting Review*.
- Dobre, F. (2015). Are Financial Audit Elements and Corporate Governance Policies Solutions for the Economic Crisis? *Theoretical and Applied Economics*, 22 (2), 275–284.
- Dye, R. A. (1993). Auditing standards, legal liability, and auditor wealth. *Journal of Political Economy*, 101 (5), 887-914.
- Atami, E, Rusmin, R., Hartadi, B. & Evans, J. (2017) The role of audit quality and culture influence on earnings management in companies with excessive free cash flow: Evidence from the Asia-Pacific region. *International Journal of Accounting & Information Management*, 25 (1), 21-42.
- Fargher, N., Taylor, M. H., & Simon, D. T. (2001). *The demand for auditor reputation across international markets for audit services*. *The International Journal of Accounting*, 36 (4), 407-421.
- Felo, A. J., S. Krishnamurthy, & S., Solieri, S. A. (2003). Audit Committee Characteristics and the Perceived Quality of Financial Reporting: An Empirical Analysis. *Working paper, Penn State Great Valley*.
- Ferguson, A., Francis, J. R., & Donald, J. S. (2003). The Effects of Firm-Wide and Office Level Industry Expertise on Auditing Pricing. *The Accounting Review*, 78(2), 429–448.
- Francis, J. R., & Simon, D. T. (1987). A Test of Audit Pricing in the Small-Client Segment of the U.S. Audit Market. *The Accounting Review*, 62 (1), 145–157.
- Francis, J. R. (2004). What Do We Know About Audit Quality? *British Accounting Review*, 36(4), 345–368.

- Francis, J. R., Reichelt, K., & Wang, D. (2005). The Pricing of National and City-Specific Reputations for Industry Expertise in the U.S. Audit Market. *The Accounting Review*, 80(1), 113–136.
- Francis, J. R., Reichelt, K., & Wang, D. (2005). The Pricing of National and City-Specific Reputations for Industry Expertise in the U.S. Audit Market. *The Accounting Review*, 80(1), 113–136.
- Francis, J. R. & D. Yu. (2009). The effect of big four office size on audit quality. *The Accounting Review*, 84 (5).
- Francis, J. R. (2011). *A framework for understanding and researching audit quality*. Auditing: A journal of Practice & Theory, 30 (2), 125-152.
- Gajevscky, A. (2014). Audit Quality and Corporate Governance: Evidence From the Bucharest Stock Exchange. In *6th International Scientific Conference on Economic and Social Development and 3rd Eastern European ESD Conference: Business Continuity*, 393–403.
- Greene, W. H. (2003). *Econometric analysis*, 5th. Ed.. Upper Saddle River, NJ, 89-140.
- Ghosh, A., & Moon, D. (2005). Auditor tenure and perceptions of audit quality. *The accounting review*, 80 (2), p. 585-612.
- Gul, F. A., Fung, S. Y., & Jaggi, B. (2009). Earnings quality: some evidence of the role of auditor tenure and auditors' industry expertise. *Journal of Accounting and Economics*, 47, 265-287.
- Harris, K. (2012). *Mandatory audit rotation: an international investigation*. 87 f, Tese (Doutorado). Academic Faculty of the C. T. Bauer College of Business University of Huston, Huston.
- Healy, P., & Palepu, K. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*. 31(1-3), 405-440.
- Heij, C., Boer, P., Franses, P. H., Kloek, T., & Dijk, H. K. V. (2004). *Econometric methods with applications in business and economics*. Oxford University Press.
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Holanda, F. B. F. (2017). A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, 31(89), 51-60.
- Hope, O., & Langli, J. C. (2010). Auditor Independence in a Private Firm and Low Litigation Risk Setting. *The Accounting Review*, 85(2), 573-605.
- Hopwood, W., McKeown, J., & Mutchler, J. (1989). A Test of the Incremental Explanatory Power of Opinions Qualified for Consistency and Uncertainty. *The Accounting Review*, 64(1), 28–48.
- Hu, D. (2015). Audit Quality and measurement: Towards a comprehensive understanding. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 19 (1).
- Ireland, J. C. (2003) An empirical investigation of determinants of audit reports in the UK. *Journal of Business Finance and Accounting*, 30 (708), 975-1015.
- Ito, E. Y. H., Mendes, P. C.M., & Niyama, J. K. (2008). Controle de qualidade dos serviços de auditoria independente: um estudo de comparativo entre as normas brasileiras e as normas internacionais. *Revista UnB Contábil*. Brasília, editor, 11(1-2), 312-328.
- Jenkins, D. S., & Velury, U. (2008). Does auditor tenure influence the reporting of conservative earnings? *Journal of Accounting and Public Policy*, 27 (2), 115-132.
- Jensen, M. & Meckling, W. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency cost, and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3 (4), 305-360.
- Khan, A., Muttakin, M. B., & Siddiqui, J. (2015). Audit fees, auditor choice and stakeholder influence: Evidence from a family-firm dominated economy. *The British Accounting Review*, 47(3), 304-320.

- Knechel, W. R., & Vanstraelen, A. (2007). The relationship between auditor tenure and audit quality implied by going concern opinions. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 26 (1), 113–31.
- Knechel, W. R., Krishnan, G. V., Pevzner, M., Shefchik, L., & Velury, U. (2013). Audit Quality: Insights from the Academic Literature. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 32 (sp1) 385-421.
- Koch, C., Weber, M., & Wustemann, J. (2012). Can Auditors be Independent? Experimental Evidence on the Effects of Client Type. *European Accounting Review*, 21 (4), 797–823.
- Lennox, C., Francis, J.R., & Wang, Z. (2012). *Selection models in accounting research*. The Accounting Review 87(2), 589-616.
- Leftwich, R.W., Watts, R.L., & Zimmerman, J.L. (1981). Voluntary corporate disclosure - The case of interim reporting. *Journal of Accounting Research*, 19, 50-77.
- Leventis, S., & Caramanis, C. (2005). Determinants of audit time as a proxy of quality. *Managerial Auditing Journal*. 20(5), 460-478.
- Levinthal, D.A. & Fichman, M. (1988). Dynamics of Interorganizational Attachments: Auditor – Client Relationships. *Administrative Science Quarterly* 33(3), 345 – 369.
- Li, D. (2010). *Does auditor tenure affect accounting conservatism? Further evidence*. Journal of Accounting and Public Policy, 29 (3), 226-241.
- Lin, J. W., & Hwang, M. I. (2010). Audit Quality, Corporate Governance, and Earnings Management: A Meta-Analysis. *International Journal of Auditing*, 14(1), 57–77.
- Lu, T., & Sapra, H. (2009). Auditor conservatism and investment efficiency. *The Accounting Review*, 84 (6), 1933-1958.
- Luccas, R. G. (2015). *Desvendando a opinião da auditoria independente: o resultado da auditoria*. 75 f, Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Macedo, M. A. S., Machado, M. A. V., & Machado, M. R. (2013). Análise da relevância da informação contábil no Brasil num contexto de convergência às normas internacionais de contabilidade. *Revista Universo Contábil*, 9 (1), 65-85.
- Makni, I., Kolsi, M. C., & Affes, H. (2012). The Impact of Corporate Governance Mechanisms On Earnings Management: Evidence From Banks In Ethiopia. *The IUP Journal of Corporate Governance*, 11 (3), 48– 70.
- Martinez, A. L., Lassa, R. C., & Moraes, A. J. (2014). Remuneração dos auditores perante a agressividade tributária e governança corporativa no Brasil. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 6 (3), 8-18.
- Mazzioni, S., & Klann, R. C. (2016). Determinantes da qualidade da informação contábil sob a perspectiva das características empresariais. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 35 (1).
- Moreira, F. *et al.* (2015). Qualidade da Auditoria no Brasil: Um Estudo do Julgamento dos Auditores Independentes na Aderência do Ajuste a Valor Presente nas Companhias de Construção e Engenharia Listadas na BM & F-Bovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 10 (1).
- Myers, J. N., Myers, L. A., & Omer, T. C. (2003). Exploring the term of the auditor-client relationship and the quality of earnings: A case for mandatory auditor rotation? *The accounting review*, 78 (3), 779-799.
- O’Keefe, T. B., Simunic, Dan A., & Stein, M. T. (1994). The production of audit services: Evidence from a major public accounting firm. *Journal of Accounting Research*, 32 (2), 241-261.
- Paulo, I. I. S. L. de M., Cavalcante, P. R. N., & Paulo, E. (2013). Relação entre qualidade da auditoria e conservadorismo contábil nas empresas brasileiras. REPEC – *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, 7 (3), 305-327.
- Peleias, I. R. Segreti, J. B., & Costa, C. A. (2009). Comitê de auditoria ou órgão equivalentes no contexto da Lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas

- brasileiras emitentes de American Depository Receipts – ADRs. *Contabilidade Vista e Revista*, 20 (1), 41-65.
- Piot, C., & Janin, R. (2007). External Auditors, Audit Committees and Earnings Management in France. *European Accounting Review*, 16 (2), 429–454.
- Prazeres, C. M. A. *et al.* (2017). A qualidade de auditoria e as características das firmas de auditoria em Portugal. In: *12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)*. IEEE, 325-330.
- Radebaugh, L. H. & Gray, S. J. (2002). *International Accounting & Multinational Enterprises*. 5 ed. USA: John-Wiley & Sons, Inc.
- Reid, L. C., & Carcello, J. V. (2017). Investor reaction to the prospect of mandatory audit firm rotation. *The Accounting Review*, 92 (1), 183-211.
- Read, S. M. R. (2013). The Role of Auditing Quality as a Tool of Corporate Governance in Enhancing Earnings Quality: Evidence from Egypt. *International Management Review*, 9(2), 83–93.
- Rodman, D. (2009). How to do xtabond2: An introduction to difference and system GMM in Stata. *The state journal*, 9 (1), 86-136.
- Rusmin, R., Scully, G., Tower, G., & Taplin, R. (2009). The Impact of Corporate Governance and Ownership Concentration on Audit Quality in Three Asia Pacific Stock Markets. *Asia Pacific Journal of Economics & Business*, 13(2), 58–92.
- Salehi, M., Moradi, M., & Paiydarmanesh, N. (2017). The Effect of Corporate Governance and Audit Quality on Disclosure Quality: Evidence from Tehran Stock Exchange. *Periodica Polytechnica Social and Management Sciences*, 25 (1), 32-48.
- Sant’Ana, N. L. S. (2019) *Análise da relação entre auditoria, governança e desempenho financeiro*. 248 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Santos, E. S., Ponte, V. M. R., & Mapurunga, P. V. R. (2014). Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(65), 161-176.
- Simunic, D. A. (1980). The Pricing of Audit Services: Theory and Evidence. *Journal of Accounting Research*, 18 (1), 161–190.
- Smith, L. M. (2006). Audit committee effectiveness: did the blue-ribbon committee recommendations make a difference? *Int. J. Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, 3 (2).
- Sun, J.; Liu, G. (2011). Industry specialist auditors, outsider directors, and financial analysts. *Journal of accounting and public policy*, 30 (4), 367-382.
- Sunder, S. (2014). *Teoria da Contabilidade e do Controle*. São Paulo: Atlas.
- Tendeloo, B. V., & Vanstraelen, A. (2005). Earnings Management under German GAAP versus IFRS. *European Accounting Review*, 14 (1), 155–180.
- Teixeira, B., Camargo, R. V. W, & Vicente, E. F. R. (2016). *Relação entre as características do Comitê de auditoria e a qualidade da auditoria independente*. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 15 (44), 60-74.
- Watts, R.L., & Zimmerman, J.L. (1983). Agency Problems, Auditing, and the Theory of the Firm: Some Evidence. *The Journal of Law and Economics*, 26(3), 613-633.